

A mudança nas mãos do eleitor

Pe. Geraldo Martins

É espantoso o número dos que dizem não gostar e não se interessar por política, defendendo o repetido princípio “sobre política, futebol e religião não se discute”. Os que assim fazem não se dão conta de que praticam a pior política, como lembra Bertolt Brecht: “O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaios das empresas nacionais e multinacionais”.

O Brasil vive uma crise que parece não ter fim, fruto de decisões políticas e econômicas que desconsideram a realidade da maioria da população para atender aos interesses de pequenos grupos privilegiados. Grande parte dos políticos abandonou o caminho da ética e do bem comum, pilares da verdadeira política, escancarando avenidas para a corrupção e a satisfação de interesses privados, seguros da impunidade, ainda muito comum em nosso país.

A mudança dos rumos do Brasil só se dará com a efetiva participação de todos brasileiros a quem cabe garantir a solidificação da democracia. O desencanto e o desinteresse pela política são um risco para o Estado Democrático de Direito na medida em que deixam abertas as portas para aventureiros que se apresentam como salvadores da pátria, totalmente descomprometidos com o bem comum, a justiça e a ética, e muito próximos de autoritarismos, que tanto horror já causaram à humanidade.

As eleições são oportunidade ímpar de exercício da cidadania. Através do voto, os eleitores podem purificar a política, banindo de seu meio todos os que dela se servem para manter seus privilégios. Segundo a CNBB, as eleições são ocasião para aprovar os candidatos que honraram o exercício da política e reprovar os que se deixaram corromper pelo poder político e econômico.

Lembremo-nos de que “dos agentes políticos, em cargos executivos, se exige a conduta ética, nas ações públicas, nos contratos assinados, nas relações com os demais agentes políticos e com os poderes econômicos. Dos que forem eleitos para o Parlamento espera-se uma ação de fiscalização e legislação que não se limite à simples presença na bancada de sustentação ou de oposição ao Executivo”. Quem não estiver disposto a isso não merece nosso voto.